

# A “DESINDUSTRIALIZAÇÃO” DE PORTO ALEGRE: CAUSAS E PERSPECTIVAS\*

*José Antonio Fialho Alonso \*\**

*Pedro Silveira Bandeira \*\*\**

Talvez o principal estudo até hoje realizado sobre a economia de Porto Alegre se deva a Paul Singer, que dedicou à Capital gaúcha um capítulo de sua obra **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**, publicada pela primeira vez em 1968 (Singer, 1977), em que analisou a evolução econômica de algumas das maiores cidades brasileiras. Nesse trabalho, caracterizado por um enfoque eminentemente histórico, Singer arriscou o prognóstico de que o futuro de Porto Alegre dependeria do crescimento de suas funções como centro comercial e industrial.

Passados 20 anos, no entanto, observa-se com surpresa que foi exatamente nesses dois segmentos que mais se reduziu a participação da Capital na renda do Estado entre 1959, ano do último censo disponível à época em que Singer elaborou sua pesquisa, e 1980, data a que se referem os dados censitários mais recentes. Assim, como mostra a Tabela 1, sua parcela diminuiu de 36,18% para 28,90% no comércio e, de 26,30%, para 17,92% na indústria nesse período. Apenas no caso do agregado **demais serviços** (constituído pelo conjunto do Setor Terciário, excetuado o comércio), a participação de Porto Alegre não se reduziu de forma significativa. Na verdade, houve até mesmo um aumento contínuo até 1975, seguido, no entanto, de uma queda na segunda metade da década de 70. O desempenho desse segmento evitou que diminuísse, de forma acentuada, a quota correspondente à capital no conjunto da renda do Estado, em termos globais, entre 1959 e 1980, permitindo que a mesma se mantivesse em um patamar pouco superior a 20%, com oscilações que não atingiram a casa dos três pontos percentuais.

---

\*Os autores agradecem à Ana Maria de Aveline Berté pela ajuda na organização das informações e ao colega Ricardo Brinco pela leitura e críticas à versão preliminar.

\*\*Economista da FEE e Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS.

\*\*\*Economista da FEE e Professor da PUCRGS.

Apesar dessa relativa estabilidade, em termos globais, da participação de Porto Alegre no conjunto da renda do Estado, o menor dinamismo relativo da indústria da Capital, nos últimos tempos, tem sido motivo de inquietação para os dirigentes do Município. Algumas autoridades locais têm-se referido com frequência a esse problema em manifestações registradas na imprensa,<sup>1</sup> revelando tanto sua preocupação com a perda de estabelecimentos industriais por parte da Capital quanto sua inconformidade com a idéia de que a mesma venha a se tornar, em consequência dessa evasão, apenas “uma cidade de serviços”.

O tema da “desindustrialização” tem estado em pauta, da mesma forma, na maior parte dos planos e políticas propostas pela Prefeitura. Esse fato ficou bastante evidente nos debates em torno das modificações da Lei do Plano Diretor, bem como nas discussões ocorridas em 1987 durante o Seminário para Definição da Política Industrial de Porto Alegre, no qual foi decidido que seriam tomadas medidas para evitar a saída de indústrias da Capital. Outro exemplo revelador são os esforços no sentido de implantar um distrito industrial especializado na área de informática, capaz de, simultaneamente, assegurar a permanência no Município das empresas desse setor já em operação e de atrair novos investimentos.

A preocupação do governo local com esse problema é fácil de compreender, tendo origem nos reflexos negativos que o mesmo acarreta para a arrecadação municipal, principalmente no que diz respeito à participação no retorno do ICM. De fato, a quota correspondente à Capital no retorno desse tributo tem sido reduzida de forma significativa (Tabela 2), caindo de um patamar próximo a 20%, na segunda metade da década de 70, para níveis pouco acima de 10% nos últimos anos. A mudança na legislação que define os critérios de cálculo dessa quota explica apenas a redução brusca ocorrida entre 1981 e 1982, não lhe podendo ser atribuída a tendência declinante que se observa tanto antes quanto depois desses anos. A causa fundamental dessa tendência é a progressiva queda da parcela de Porto Alegre no total estadual do valor adicionado na circulação de mercadorias. Cabe lembrar que, apesar da mudança ocorrida nos critérios de cálculo, a participação no valor adicionado continuou a ser o principal fator determinante do valor da quota correspondente a cada município.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Ver, por exemplo, os artigos do então Secretário Municipal da Indústria e Comércio, Nereu D'Ávila, no jornal *Zero Hora*, de 14.04.88, e de seu sucessor, o Jornalista Políbio Braga, em sua coluna do *Correio do Povo*, edições de 12.06.88 e 26.06.88.

<sup>2</sup> Até 1981, o cálculo da parcela correspondente a cada município era disciplinado pelo Decreto-Lei nº 1.216, de 09.05.72, o qual dispunha que a mesma devia ser proporcional à participação do município no valor adicionado nas operações de circulação de mercadorias. A partir de 1982, esse cálculo passou a obedecer às disposições da Emenda Constitucional nº 17, segundo a qual no mínimo 75% da parcela seriam determinados pela participação do município no valor adicionado, enquanto o percentual restante obedeceria a critérios definidos por lei estadual.

Diante desses fatos, torna-se fácil compreender a ansiedade da administração do Município com a constante queda da parcela correspondente à Capital na produção da indústria do Estado e com a freqüente evasão de estabelecimentos fabris que, abandonando Porto Alegre, se realocizam em outros municípios da própria Região Metropolitana ou no Interior. No entanto é conveniente que, antes de serem concebidas e postas em prática medidas para tentar evitar tal evasão — e, eventualmente, até mesmo de buscar atrair indústrias para Porto Alegre —, se discutam de forma mais aprofundada as causas desse problema. Nesse sentido, deve-se integrar a análise da “desindustrialização” a um estudo mais amplo da evolução da economia da Capital que considere o papel por ela desempenhado na região em que está inserida. Para que tais medidas possam levar a resultados positivos, é essencial que sejam evitados equívocos de interpretação da realidade sobre a qual as mesmas pretendem intervir. Esse é o propósito da análise desenvolvida neste artigo.



O processo de crescimento econômico ocorrido no Rio Grande do Sul determinou, ao longo do tempo, uma série de transformações tanto na estrutura quanto na distribuição territorial das atividades econômicas. O Estado deixou de ser fundamentalmente uma região primário-exportadora voltada para o mercado interno (Souza, 1973), característica predominante até os anos 30, evoluindo para uma situação na qual a indústria passou, progressivamente, a ganhar peso no produto social. Essa mudança influenciou, de forma decisiva, o processo de estruturação da rede urbana gaúcha, fazendo com que se consolidassem os principais centros manufatureiros que já despontavam desde o final do século passado, com destaque para Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande e Caxias do Sul.

O papel de Porto Alegre dentro dessa rede urbana sofreu profundas mutações, pois, até aproximadamente 1860, a Capital desempenhava função econômica secundária no Estado, o qual tinha então em Pelotas e Rio Grande — centros diretamente ligados à produção e à comercialização do charque — seus pólos mais expressivos (Singer, 1977, cap. 4). A partir dessa época, no entanto, a Capital assumiu, paulatinamente, a condição de centro mais importante devido à sua condição de porto fluvial, o que fazia com que se centralizasse o processo de comercialização da produção das áreas coloniais. Para tanto, também contribuiu a crise da pecuária e das charqueadas gaúchas — fustigadas pela concorrência dos *saladeros* do Prata, organizados em bases capitalistas —, que teve conseqüências negativas sobre a economia dos dois pólos anteriormente citados.

Porto Alegre começou a afirmar sua hegemonia em termos industriais já a partir das últimas décadas do século passado. Essa ascensão da Capital enquanto centro manufatureiro esteve intimamente ligada à sua relação com as regiões coloniais do Nordeste do Rio Grande do Sul. As áreas coloniais constituíram o elo inicial de um processo de acumulação de capitais na esfera comercial, que viabilizou, em grande parte, a industrialização do Estado. Além disso, os primeiros empresários industriais porto-alegrenses, em sua maioria, eram imigrantes ou descendentes de imigrantes (Lagemann, 1978; Pesavento 1983 e 1985; Roche, 1969).

Em 1907, de acordo com o levantamento feito pelo Centro Industrial do Brasil (1909), localizavam-se em Porto Alegre 36,9% dos estabelecimentos industriais do Estado, concentrando 31,5% do número total de operários. Esses estabelecimentos respondiam, no entanto, por apenas 23,3% do valor da produção, posto que a participação da Capital era pouco expressiva ou, até mesmo, nula em alguns daqueles que eram, na época, os principais segmentos da indústria do Estado, a exemplo da produção de charque, vinhos e banha (Tabela 3). O parque industrial de Porto Alegre, bastante diversificado para os padrões nacionais da época, caracterizava-se pela presença expressiva de ramos dedicados à produção de artigos de consumo relativamente mais sofisticados e menos ligados às atividades agropecuárias.

As informações desse levantamento, que alguns autores erroneamente chamam de “Censo Industrial de 1907”, devem ser encaradas com alguma reserva, pois o mesmo apresenta várias deficiências. Constitui-se, no entanto, na única fonte disponível para o estudo quantitativo da distribuição geográfica da indústria do Estado durante a primeira década deste século.

O Recenseamento de 1920, cuja qualidade é, ao que tudo indica, um pouco superior, confirma a supremacia de Porto Alegre. Nesse ano, encontravam-se na Capital 24,3% das pessoas empregadas em atividades fabris no Rio Grande do Sul. Para que se possa ter uma idéia de quão grande era a diferença em relação aos demais centros, basta observar que essa percentagem era aproximadamente igual à soma das parcelas correspondentes aos cinco municípios seguintes em importância no que se refere ao número de trabalhadores ocupados na indústria: Pelotas, Rio Grande, São Leopoldo, Santa Maria e Bagé. A aparente queda na participação de Porto Alegre no número total de operários do Estado entre 1907 e 1920 — de 31,5% para 24,3% — deve ser atribuída muito mais à precariedade dos dados e à falta de homogeneidade metodológica entre os dois levantamentos do que a quaisquer outras causas. As informações contidas na Tabela 4 permitem que se observe a participação da Capital no número de estabelecimentos de cada tipo de indústria existentes no Estado. As comparações com os dados da Tabela 3, relativos a 1907, devem ser procedidas com cautela, tendo-se em vista a heterogeneidade entre os critérios de classificação.

Apenas a partir de 1940, passou-se a dispor de informações mais adequadas, com a realização, pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do primeiro de uma série de censos econômicos. Esses dados, ao contrário dos contidos em levantamentos anteriores, foram coletados e apresentados observando uma metodologia e critérios de classificação que se mantiveram relativamente estáveis ao longo do tempo. As informações disponíveis nesses censos permitiram que a Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) elaborasse estimativas da renda interna, total e setorial, de todos os municípios existentes no Rio Grande do Sul, abrangendo o período compreendido entre 1939 e 1980.

De acordo com tais estimativas, Porto Alegre vem perdendo participação na renda interna gerada pelo setor industrial no Estado desde o final da década de 30 (Tabela 1). Sua parcela diminuiu de 27,97% em 1939 para 17,92% em 1980. Essa redução foi bastante significativa, tendo sido mais acentuada no decorrer dos anos 70, época de intensa expansão industrial tanto no Estado quanto no conjunto do

País. Embora não se disponha das mesmas informações para o período posterior, outros dados levam a supor que a perda de importância relativa continuou se fazendo sentir. A Tabela 5 mostra o peso relativo de Porto Alegre, dos demais municípios da Região Metropolitana e do Interior no total do valor adicionado pela indústria na circulação de mercadorias no Rio Grande do Sul entre 1972 e 1986. Como se observa, a parcela da Capital caiu de forma significativa, sendo os ganhos correspondentes divididos de forma equitativa entre o resto da Região Metropolitana e o Interior.

É interessante notar que a queda da participação das capitais no total da produção da indústria ocorreu também em outros estados brasileiros no passado recente, não sendo, dessa forma, peculiar ao Rio Grande do Sul. Assim, como se observa na Tabela 6, o Município de São Paulo, que, em 1970, gerava 47,99% do valor da transformação industrial (VTI) do Estado, 10 anos depois produzia tão-somente 34,75% desse total. Uma tendência similar registrou-se em Belo Horizonte que, de 12,29% do total do VTI de Minas Gerais em 1970, passou para 8,97% em 1980. O caso de São Paulo é, certamente, o mais estudado. Alguns autores chegaram a referir-se ao mesmo como estando associado a um processo de “reversão da polarização” que estaria determinando uma tendência no sentido da desconcentração espacial da atividade econômica, afetando, de forma particular, a localização dos estabelecimentos industriais (Azzoni 1985 e 1986; Azzoni & Vieira, 1985; Reis, 1988; Righi, 1983).

Os dados da Tabela 1 mostram ainda que a participação relativa de Porto Alegre subiu, no que se refere à renda interna total, de 17,57% para 22,08% entre 1939 e 1980, tendo atingido um máximo de 24,80% em 1970. Em outras palavras, a Capital gaúcha, embora tenha perdido posição quanto à indústria, aumentou seu peso relativo dentro da economia do Estado durante as últimas décadas. Isso decorreu do fato de as perdas verificadas em termos de produção industrial terem sido compensadas por ganhos obtidos na maior parte das atividades terciárias. Assim, a parcela da Capital, no que diz respeito ao item **demais serviços**, passou de 21,07% em 1939 para 30,73% em 1980. O que ocorreu, na verdade, foi uma modificação na estrutura da economia de Porto Alegre, paralela a uma redefinição de suas relações, na condição de metrópole, com a economia do resto do Estado e, de forma particular, com a das áreas mais próximas da Capital, como as Regiões Metropolitana e Perimetropolitana.<sup>3</sup>

É necessário, ao estudar-se a perda de importância de Porto Alegre no conjunto da indústria do Estado, evitar análises que considerem esse problema de forma isolada, sem levar em conta outros aspectos da evolução da economia da cidade e do próprio Estado nesse período.

Nesse sentido, convém lembrar que um primeiro fator que certamente contribuiu para fazer com que se reduzisse a participação de Porto Alegre no contexto do

<sup>3</sup> Essas regiões foram definidas em um trabalho elaborado pela Secretaria do Desenvolvimento Regional e Obras Públicas (Rio Grande do Sul – Secretaria do Desenvolvimento Regional e Obras Públicas – 1974). A listagem dos municípios componentes de cada região pode ser encontrada em Bandeira & Grundling (1988, p. 77-80).

parque industrial rio-grandense está associado à progressiva melhoria da infra-estrutura de energia, transportes e comunicações na maior parte do território do Estado, que viabilizou a localização de indústrias em áreas onde anteriormente sua implantação era quase impraticável. Alguns centros urbanos do Interior, principalmente aqueles situados em regiões já caracterizadas por alguma "tradição industrial" e que tinham seu crescimento bloqueado pela precariedade da infra-estrutura, experimentaram uma forte expansão na medida em que esses estrangulamentos foram removidos. Em consequência, mostraram-se capazes de absorver parte significativa do crescimento industrial observado nas últimas décadas. Assim, por exemplo, entre 1970 e 1980, período de intensa expansão industrial, a parcela da região colonial italiana (polarizada por Caxias do Sul), no total do valor da produção manufatureira do Estado, aumentou de 11,39% para 13,47%.<sup>4</sup>

Ao mesmo tempo em que a participação de Porto Alegre no valor da produção da indústria gaúcha diminuía de 21,45% em 1970 para 17,49% em 1975 e para 14,72% em 1980, a parcela correspondente ao restante da Região Metropolitana subia de 27,38% para 31,49% na primeira metade da década, chegando a 31,25% ao seu final. Enquanto isso, a soma dos percentuais correspondentes às demais regiões passava de 51,17% para 51,02% e 54,03% nesses mesmos anos (Tabela 7). Nota-se que, na primeira metade da década passada, o percentual perdido pela Capital foi absorvido pelos demais municípios da Região Metropolitana, ao passo que, na segunda metade, ocorreu um avanço do Interior em detrimento tanto da Capital quanto do resto da Região Metropolitana. Alguns centros do Interior, que já possuíam tradição industrial e contavam com parques fabris diversificados, foram, ao que tudo indica, capazes de atrair atividades relacionadas com as anteriormente existentes por meio de ligações técnicas interindustriais.

A maior atratividade locacional de certas áreas do Interior, graças a uma melhora da infra-estrutura, não foi, no entanto, a única causa da queda da parcela correspondente a Porto Alegre no conjunto das atividades industriais do Estado. Outros fatores relacionados de forma mais direta com a própria Capital também desempenharam um papel decisivo nesse processo. Para que se possa empreender a análise desses fatores, deve-se, inicialmente, estabelecer uma distinção entre as **causas gerais** e as **causas específicas** que fazem com que alguns tipos de atividades industriais evitem instalar-se em determinados centros urbanos de grande porte, como é o caso da Capital gaúcha.

As primeiras são aquelas que estão presentes ou desempenham um papel semelhante em todas as grandes cidades de países capitalistas, já se tendo manifestado, com maior ou menor intensidade, em centros como Nova Iorque e Londres ou São Paulo e Rio de Janeiro, para citar apenas alguns casos. A literatura que trata da localização das atividades industriais destaca, entre essas **causas gerais**, o aumento

---

<sup>4</sup> Ver tabela que mostra como evoluiu, entre 1970 e 1980, a participação das várias regiões e sub-regiões do Estado no valor da produção industrial em Bandeira & Grundling (1988, p. 85).

do preço da terra e a elevação de custos derivada da aglomeração excessiva, ambos decorrentes do adensamento de atividades e de população numa área restrita.

O segundo grupo, o das causas específicas, engloba fatores relacionados com as peculiaridades de cada centro urbano, que podem estar presentes em alguns casos e ausentes em outros. Seriam exemplos desse tipo de problema dificuldades originadas de um sítio desfavorável ou de ocupação muito cara, da escassez de algum item de infra-estrutura que seja indispensável à localização industrial, das características da legislação local que dispõe sobre o uso do solo urbano, ou mesmo de uma eventual “falta de tradição industrial” da cidade.

Para que se possa entender melhor como atua a primeira das causas gerais apontadas acima — a elevação do preço da terra —, é conveniente analisar, através de um exemplo hipotético, o que ocorre com o mercado imobiliário de um centro urbano que, crescendo, se transforma em uma metrópole.

À medida que a economia da cidade se expande e a sua população aumenta, cresce a competição entre as várias atividades pelo uso dos terrenos urbanos, fazendo com que se elevem tanto o preço dos imóveis quanto o valor dos aluguéis. Esse aumento não é, todavia, homogêneo para todas as zonas da cidade, sendo influenciado por diversos fatores, como a distância em relação ao centro, a facilidade de acesso, as características do sítio e o tipo de ocupação preexistente, entre outros. A distribuição, no espaço urbano, das diferentes atividades que sucessivamente se instalam na cidade à medida que o crescimento ocorre — como, por exemplo, o comércio, os serviços de diversos tipos, as indústrias e as residências de classes alta, média e baixa — passa a ser diretamente influenciada por essas diferenças de preços dos terrenos.

Algumas atividades mostram menor capacidade de competir pelos preços elevados dos terrenos situados em áreas mais nobres e são expulsas para locais menos favoráveis. É o caso típico das zonas residenciais mais pobres, que tendem, progressivamente, a localizar-se em zonas menos atraentes por estarem mais distantes do centro da cidade, por ocuparem sítios menos adequados ou por se situarem em áreas deterioradas (muitas vezes, próximas ao centro da cidade). Outras, mesmo sendo capazes de pagar o preço mais elevado dos terrenos melhor situados, passam a enfrentar dificuldades para acomodar seu crescimento na área restrita em que se encontravam inicialmente. Em alguns casos, as vantagens da expansão no próprio local superaram os custos decorrentes dessa opção. Assim, por exemplo, estabelecimentos varejistas, instituições financeiras e muitos tipos de serviços situados em áreas centrais de grande afluência de público preferem construir prédios mais amplos, adquirindo imóveis adjacentes, mesmo pagando preços elevados, a perder um “ponto” privilegiado. Os imóveis situados nessas zonas de maior afluxo de público tendem, mesmo que anteriormente tenham tido outro tipo de utilização, a ser finalmente ocupados por aqueles empreendimentos para os quais é vital a proximidade em relação aos pontos de grande concentração de consumidores, estando, por isso, seus dirigentes dispostos a pagar altos preços por esses terrenos.

No caso da indústria, todavia, muitas vezes a situação é diversa. Com frequência, torna-se indesejável a expansão no próprio local onde os estabelecimentos esta-

vam originalmente situados — no interior do grande centro urbano em crescimento. Para a quase-totalidade das indústrias, a localização nessas áreas de alta valorização imobiliária, muito próximas ao centro da cidade, não se constitui em um fator importante para o sucesso do empreendimento, sendo, pelo contrário, desfavorável devido ao congestionamento do trânsito e à dificuldade em transportar matérias-primas e produtos finais. Além disso, os imóveis adjacentes geralmente já estão ocupados por outras atividades, sendo, no caso de a aquisição ser viável, de preço bastante elevado. A tendência, quando se coloca o problema da expansão, é no sentido de que muitas dessas empresas venham a optar por áreas mais distantes, situadas na periferia da grande cidade, onde terrenos de dimensões adequadas, com um acesso bem mais fácil, podem ser adquiridos a um custo relativamente baixo. Nesses novos locais, além de disporem de um espaço mais amplo, os estabelecimentos industriais continuam suficientemente próximos do grande centro urbano para desfrutarem das economias de localização e de urbanização por ele proporcionadas.

Essas economias são reduções de custos auferidas pelas empresas apenas em função de sua localização relativa, independentemente da forma como organizem suas atividades industriais ou comerciais. As **economias de localização** originam-se da proximidade em relação a atividades similares ou relacionadas através de ligações interindustriais. Em uma grande cidade, torna-se mais fácil o contato, por exemplo, com serviços especializados de manutenção, com fornecedores de insumos de origem industrial, com consumidores de bens intermediários e com grandes redes de estabelecimentos comerciais que distribuam os produtos da empresa. Um grande centro urbano, por atrair, normalmente, um número significativo de estabelecimentos para sua vizinhança, tende a proporcionar várias possibilidades para a obtenção de reduções de custos desse tipo. Já as **economias de urbanização** derivam-se do acesso a uma infra-estrutura adequada e a uma variedade de serviços altamente especializados, que nem sempre podem ser encontrados longe de cidades de porte mais expressivo.<sup>5</sup>

As unidades resultantes de novos investimentos, da mesma forma, também tendem a evitar os problemas causados pela localização no interior da metrópole. Em geral, as indústrias levadas a optar por se situarem fora dos grandes centros urbanos são as que movimentam volumes expressivos de matérias-primas e produtos, bem como as grandes consumidoras de espaço físico.

Após um certo tempo, com o crescimento da cidade, a área urbanizada extrapola os limites administrativos do município de origem, invadindo a jurisdição de localidades adjacentes e, eventualmente, fundindo-se com esses centros, num processo denominado de **conurbação**. Forma-se, assim, uma verdadeira região metropolitana, de urbanização contínua, cuja extensão está subdividida em várias administrações locais. A multiplicidade de jurisdições administrativas tende, inclusive, a tor-

---

<sup>5</sup> Ver, para uma exposição concisa sobre economias de localização e de urbanização, Manzagol (1985, p. 81-3).



nar-se um sério empecilho para a abordagem eficaz de muitos problemas relacionados com a infra-estrutura urbana e com a oferta de serviços públicos.

Em muitos casos, com essa expansão, as áreas mais favoráveis para a ocupação com estabelecimentos manufatureiros passam a situar-se, após um certo período, já fora das fronteiras municipais do núcleo original. Em conseqüência, paradoxalmente, o crescimento da indústria da metrópole passa a acontecer fora dos seus limites político-geográficos, fato que tem implicações sérias para o governo local, principalmente no que diz respeito à receita tributária.

Os problemas que a aglomeração excessiva, que sobrecarrega a infra-estrutura de serviços das áreas densamente ocupadas, causa para as indústrias localizadas no interior de uma grande cidade são de fácil entendimento. O exemplo mais óbvio é constituído pelo congestionamento do tráfego nas grandes cidades. O acesso às instalações e o deslocamento de produtos finais e de matérias-primas de maior volume ou peso são dificultados, tornando-se impossível, em muitos casos, a utilização de veículos dotados de uma maior capacidade de carga, o que eleva os custos de transporte. Da mesma forma que o tráfego de veículos, também as comunicações e o abastecimento de água e de energia são afetados pela concentração excessiva de atividades. O redimensionamento, por parte do poder público, da oferta desses serviços em certas zonas da cidade nem sempre se coloca como uma alternativa viável, dados os custos, muitas vezes proibitivos.

Além disso, o convívio da indústria com as outras atividades localizadas no interior de uma grande cidade nem sempre é pacífico, podendo, em alguns casos, levar ao desgaste da imagem de certas empresas perante o público consumidor. Em tais situações, podem tornar-se necessárias dispendiosas campanhas publicitárias para evitar que esse desgaste venha a refletir-se em uma redução de vendas, ou em quaisquer outras dificuldades para a empresa. Assim, por exemplo, eventuais problemas de poluição serão mais aparentes do que no caso de estabelecimentos localizados em áreas menos populosas, fazendo com que as firmas tenham dificuldade maior para se esquivar de medidas de controle.

A pequena disponibilidade de terrenos de características adequadas, o custo relativamente mais alto dos imóveis e, eventualmente, o problema do congestionamento, para as atividades mais sensíveis, parecem ter desempenhado um papel importante no caso de Porto Alegre. No que diz respeito ao custo dos imóveis, cabe repetir, a título de ilustração, uma declaração feita recentemente à imprensa por um empresário local, Presidente da Associação de Amigos do Bairro Anchieta, uma das áreas industriais da Capital, afirmando que "(...) o preço da terra em Porto Alegre está proibitivo"<sup>6</sup>.

A maior parte das indústrias que se instalaram na Região Metropolitana durante o surto de crescimento ocorrido durante a década de 70 optou por localizar-se

---

<sup>6</sup> Declaração reproduzida na edição de 26.06.88 do *Correio do Povo*, na coluna do Jornalista Políbio Braga.

fora dos limites da Capital. Assim procedendo, essas empresas eram favorecidas pela disponibilidade de terrenos amplos a baixo custo — muitas vezes situados em distritos industriais implantados pelo poder público —, ao mesmo tempo em que estavam suficientemente próximas de Porto Alegre para se beneficiar das economias de localização e de urbanização proporcionadas por um grande centro metropolitano. Esse parece ter sido o motivo pelo qual caía a participação da Capital no valor da produção da indústria gaúcha, enquanto aumentavam de forma significativa as parcelas correspondentes a alguns municípios situados na sua periferia.

Os dados das Tabelas 8 e 9, onde se adota uma subdivisão da Região Metropolitana utilizada pela METROPLAN (Hamester, 1986), ilustram esse processo de forma bastante clara. Em primeiro lugar, nota-se que, além de Porto Alegre, também a Sub-Região 2, área industrial mais antiga e de ocupação mais densa, constituída pelos Municípios de Canoas, Esteio e Sapucaia do Sul, perdeu participação no total da renda gerada pela indústria gaúcha entre 1970 e 1980. É bastante provável que em algumas áreas dessa sub-região se tenham feito sentir os efeitos dos fatores apontados como principais determinantes da “desindustrialização” de Porto Alegre: a aglomeração excessiva e a elevação do custo dos terrenos.

Nas demais sub-regiões, onde a disponibilidade de áreas adequadas para o uso industrial era maior, ocorreram aumentos significativos de participação. Assim, a parcela correspondente à Sub-Região 1, constituída por Alvorada, Cachoeirinha, Gravataí e Viamão, elevou-se duas vezes e meia no decorrer da década de 70. De forma similar, a percentagem de Guaíba (Sub-Região 4) quase dobrou nesse período. No caso da Sub-Região 3 (São Leopoldo, Novo Hamburgo, Estância Velha, Campo Bom e Sapiranga), o aumento, embora mais significativo em valor absoluto, foi menos expressivo em termos relativos.

É importante ressaltar, no entanto, que os dados dessas tabelas evidenciam que a queda da quota de Porto Alegre na renda gerada pelo setor industrial teve como contrapartida principal um grande avanço do Interior, bem maior do que o aumento ocorrido na parcela correspondente ao resto da Região Metropolitana.

A Tabela 10 mostra, a partir de estimativas baseadas nos dados censitários, como evoluiu, durante os anos 70, a distribuição do pessoal ocupado nos diversos gêneros e grupos de gêneros industriais em Porto Alegre, no resto da Região Metropolitana e no Interior do Estado. Ao serem analisados esses dados, nota-se, em primeiro lugar, que as perdas da Capital foram generalizadas. Excetuando-se três gêneros de pequena importância em termos econômicos — **extração de minerais, papel e papelão e perfumaria, sabões e velas** —, em todos os demais houve queda na parcela correspondente a Porto Alegre. Além disso, nos dois primeiros, a participação, apesar de ter aumentado, continuou bastante pequena. Em segundo lugar, observa-se que os ganhos relativos do Interior foram também generalizados, pois, em apenas quatro gêneros, houve redução entre os anos extremos da década passada. A Região Metropolitana, por sua parte, alternou ganhos e perdas. Entre os ganhos, o mais notável ocorreu no caso da indústria mecânica, com um acréscimo de pouco mais de 10 pontos percentuais, obtido inteiramente a expensas de Porto Alegre.

Nessa mesma tabela, os gêneros foram agrupados segundo categorias de uso.<sup>7</sup> Assim, o Grupo I inclui aqueles predominantemente produtores de bens não duráveis de consumo, o Grupo II é composto pelos predominantemente produtores de bens intermediários, e o Grupo III agrega os predominantemente produtores de bens duráveis de consumo e bens de capital. Esses agrupamentos constituem, evidentemente, apenas aproximações grosseiras, dado que uma classificação mais rigorosa exigiria maior desagregação das informações. Observa-se que Porto Alegre perdeu importância relativa, em termos de emprego industrial, em todos os três grupos durante a década de 70. Os ganhos do Interior concentraram-se nos Grupos I e II, enquanto o maior avanço do resto da Região Metropolitana verificou-se no Grupo III.



A legislação que disciplina o uso do solo urbano tem sido apontada como um dos principais elementos determinantes da “desindustrialização” de Porto Alegre (D’Ávila, 1988). Certamente há exagero na importância que lhe é atribuída nesse processo. A Lei Municipal nº 43, que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), acusado de bloquear o crescimento das atividades industriais, data de 1979. No entanto, como foi visto acima, desde muito antes, Porto Alegre já vinha perdendo peso no conjunto da indústria do Estado. Além disso, a perda de participação das capitais no total da produção industrial dos estados não é fenômeno exclusivo do Rio Grande do Sul. Tudo isso indica que essa legislação pode ter desempenhado, no máximo, um papel secundário no conjunto das causas que contribuíram para a queda da participação de Porto Alegre no total da indústria do Estado. Sua alteração, por mais radical que fosse, certamente não seria capaz de reverter tal processo.

Na verdade, como já foi dito, as empresas de diversos ramos industriais têm, na maior parte dos casos, razões econômicas bem mais profundas para optar por se localizarem fora dos limites do Município de Porto Alegre. Uma simples liberalização dos padrões de zoneamento certamente não irá gerar uma “reindustrialização” significativa da Capital, capaz de ter efeitos expressivos sobre o emprego e o nível de renda. Tampouco conseguirá reverter a tendência de longo prazo no sentido do abandono, por parte das indústrias, das áreas mais congestionadas e de preço da terra mais elevado.

Não se pode esquecer, da mesma forma, que uma liberalização mal concebida dos padrões exigidos para a instalação de indústrias, além de não resultar na atração de um número elevado de estabelecimentos, pode levar à criação de problemas graves para a própria administração municipal. Uma decisão desse tipo pode dar margem à implantação de algumas indústrias, cuja localização no interior de um grande centro urbano é francamente indesejável, seja por causarem problemas de agressão ao meio ambiente, seja por gerarem um volume excessivo de tráfego pesado em ruas centrais, aumentando o congestionamento e causando estragos nas pistas, seja por qualquer outro motivo similar.

<sup>7</sup> Essa classificação é de autoria de Wilson Cano (1985, p. 320-1).

Não se deve esquecer que, se, por um lado, um maior número de indústrias implica maior receita para o município, por outro, certos tipos de atividade fabril são vorazes consumidores de infra-estrutura, a qual terá de ser ofertada, em grande parte, pela administração local. Esse fato reforça a necessidade da adoção de critérios seletivos para que seja autorizada a instalação de indústrias no interior de grandes centros urbanos. É bem possível, inclusive, que o balanço entre o aumento de receitas e a elevação dos gastos exigidos para a implantação e a manutenção de infra-estrutura tenda a ser mais favorável aos cofres municipais, numa aglomeração como Porto Alegre, no caso da instalação de novas atividades comerciais e de serviços do que no da criação de alguns tipos de novos empreendimentos industriais. Uma resposta mais precisa a essa questão exigiria, no entanto, que se fizessem estudos específicos mais detalhados.



Apesar da contínua queda de participação de Porto Alegre na produção manufatureira do Estado, não há motivos para supor que a indústria venha a desaparecer completamente da Capital gaúcha. Aliás, como mostra a Tabela 11, mesmo com essa redução, a parcela da indústria na estrutura da renda interna do Município pouco se alterou no decorrer das quatro décadas a que se referem os dados da FEE.

Algumas atividades industriais continuarão sendo viáveis na Capital, apesar de todas as restrições que a complexidade de uma metrópole possa impor. Entre outros, tenderão a permanecer em Porto Alegre estabelecimentos de porte pequeno ou médio, voltados fundamentalmente para o atendimento do mercado local e dedicados a atividades em que a proximidade com os consumidores finais é essencial para o sucesso do empreendimento. Duas características são fundamentais para que uma indústria possa adaptar-se ao ambiente de uma grande cidade. Em primeiro lugar, deve ser pouco exigente quanto à disponibilidade de espaço, mesmo na hipótese de um aumento na escala de produção. Em segundo lugar, precisa dedicar-se a um tipo de atividade que não exija a movimentação de grandes volumes de produtos ou matérias-primas, situação na qual seria conveniente uma localização com maior facilidade de acesso.

Parece claro, todavia, que os tipos de unidades fabris que irão permanecer ou se implantar serão cada vez menos capazes de caracterizar Porto Alegre como uma cidade tipicamente industrial. Certamente tenderá a aumentar ainda mais o peso das atividades incluídas no Setor Terciário dentro da economia local. A Capital gaúcha, já em 1939, tinha 75,69% de sua renda interna gerada por atividades terciárias. Esse percentual cresceu até atingir 78,25% em 1980. É importante ressaltar que ocorreram importantes modificações na estrutura interna do Setor Terciário nesse período. Assim, por exemplo, a importância relativa do comércio de mercadorias no conjunto da renda da Capital caiu de 31,63% para 18,02% entre 1939 e 1980, ao passo que a do segmento **demais serviços** aumentou de 44,06% para 60,23% no mesmo período.

O avanço dos serviços no total da renda interna urbana não foi só quantitativo, mas também se deveu ao aparecimento de novas atividades mais especializadas e sofisticadas tanto na área privada quanto na pública, bem como à introdução de tecnologias mais avançadas em muitas daquelas já existentes. Paralelamente, diversos

serviços que anteriormente só eram disponíveis na metrópole passaram a ser também ofertados em outros centros que ocupam posições intermediárias na hierarquia urbana do Estado.

Essa “terciarização” da economia porto-alegrense, como já foi visto (D’Ávila, 1988 e Braga, 1988 e 1988a), causa preocupação a algumas autoridades da Capital, que tendem a encará-la como algo essencialmente negativo. Tal postura se deriva, ao que tudo indica, da falta de uma compreensão mais adequada das características do setor e de suas potencialidades como elemento indutor do processo de crescimento da economia da cidade.

O Setor Terciário é constituído por uma gama heterogênea de atividades que se diferenciam quanto à forma de organização, à localização no espaço e à função que desempenham no conjunto da economia. Ao lado de certos segmentos informais que, em alguns casos, disfarçam situações de desemprego e subemprego, existem atividades modernas de grande dinamismo. É o caso, por exemplo, da intermediação financeira, que, além de aumentar de forma significativa sua participação na renda interna do Estado e do País, se modernizou intensamente nas últimas décadas. Esse processo implicou, sem dúvida, mudanças nos seus padrões de distribuição no território do Estado, não só no que diz respeito a cidades de porte médio, mas também a outras localidades menores. No entanto seus segmentos mais sofisticados e especializados permaneceram concentrados nos maiores centros, ainda que suas áreas de influência atingissem todo o território estadual.

Mesmo no caso do comércio de mercadorias, em que houve perda significativa de participação da Capital no período a que se referem os dados da Tabela 1, não se pode esquecer que grande parte do avanço da participação do Interior e do resto da Região Metropolitana (excluindo-se Porto Alegre) deveu-se à expansão das atividades de grupos empresariais, cujas matrizes se localizam, em sua maioria, na Capital. Um dos fatos mais marcantes ocorridos na estrutura do comércio, no passado recente, foi o intenso processo de concentração econômica que levou ao controle de fatias cada vez maiores do mercado por empresas de grande porte, como é o caso, por exemplo, de redes de supermercados e de lojas de departamentos. Essas grandes empresas comerciais tendem a concentrar suas estruturas administrativas e de controle nos centros de maior porte.

Deve-se ter em conta, ainda, que alguns segmentos do comércio e muitos dos serviços localizados em Porto Alegre atingem uma área de mercado que transcende às fronteiras da Capital, alcançando consumidores que residem em pontos distantes no território do Estado ou, até mesmo, em outras unidades da Federação. Um exemplo clássico são os serviços médicos mais especializados, que atraem pacientes de localidades onde os mesmos não são ofertados, ou onde a infra-estrutura hospitalar é menos bem aparelhada. Outro exemplo é constituído por certos tipos de atividades comerciais muito especializadas, que só podem subsistir em grandes centros, a partir dos quais podem atingir uma ampla área de mercado.

Mesmo os segmentos mais simples do Terciário da Capital atendem a um número expressivo de consumidores residentes em localidades próximas, os quais se deslocam até Porto Alegre para fazer suas compras. Esse fato é evidenciado pelos da-

dos das Tabelas 12 e 13, onde se observa o pequeno desenvolvimento do referido setor nas demais sub-regiões que compõem a Região Metropolitana. As participações do comércio e do conjunto dos demais serviços na renda dessas áreas são bastante inferiores àquelas que esses mesmos segmentos apresentam na Capital. A pequena dimensão relativa do Terciário, em algumas dessas sub-regiões, pode ser notada até mesmo quando se toma como base de comparação a estrutura da renda do Interior do Estado.

Uma evidência adicional do fato de que o comércio e os serviços localizados na Capital têm uma atuação que se estende bastante além das fronteiras municipais é dada pelas informações contidas nas Tabelas 14 e 15. Estas estabelecem uma comparação das médias da Capital, do resto da Região Metropolitana e do Interior com a média do Estado, no que diz respeito à relação entre as rendas do comércio e dos demais serviços e o número de habitantes. Nota-se que, tanto em 1970 como em 1980, os valores correspondentes a Porto Alegre eram bastante superiores à média, ao passo que aqueles referentes ao Interior e a algumas das sub-regiões da Região Metropolitana — mais notadamente, a Sub-Região 1, constituída por Alvorada, Cachoeirinha, Gravataí e Viamão, e a Sub-Região 4, composta por Guaíba — mostram-se bem inferiores. Mesmo que se possa atribuir uma parte dessas diferenças ao maior poder aquisitivo dos consumidores da Capital, deve-se assinalar que o seu elevado valor absoluto é um indicativo seguro de que uma parte do mercado dessas áreas é atendida pelas atividades terciárias localizadas em Porto Alegre.

O importante a ressaltar é que a “terciarização” da economia local não implica que Porto Alegre se tenha tornado economicamente mais fraca, ou que esteja perdendo sua hegemonia enquanto metrópole regional. Um artigo recentemente publicado na **Folha de São Paulo**, de autoria de Milton Santos (1988), cujo título é **Crescendo Menos, Metrôpoles Ficam Mais Fortes**, aborda essa questão com grande propriedade. Santos, referindo-se ao fato de que a Cidade de São Paulo está apresentando um crescimento econômico menor do que certas áreas do seu entorno e mesmo do que outras regiões do País, afirma que

“Isto, porém, se dá enquanto a metrópole paulistana encontra um novo contexto, que inclui novas vocações e novas formas de atividade e lhe assegura novas modalidades de hegemonia e controle sobre o resto do País. Estamos, já há algum tempo, em plena transição de uma sociedade industrial para uma sociedade informacional, de que São Paulo é o epicentro.”

Essas afirmativas adaptam-se também ao caso de Porto Alegre e ao seu papel enquanto metrópole regional. As grandes articulações, as decisões mais importantes e os maiores negócios continuarão a ter como palco o âmbito da grande cidade. Por esse motivo, uma parcela significativa das indústrias localizadas em outros municípios — incluindo aquelas que optaram por instalar seus estabelecimentos fora de Porto Alegre, pelos motivos anteriormente expostos — considera necessário manter sua administração central, ou ao menos escritórios de representação na Capital.

Grande parte dos efeitos multiplicadores gerados pela indústria, ainda que situada fora dos limites de Porto Alegre, é direcionada para a Capital através de diversos canais, como, por exemplo, o sistema financeiro, o comércio e os gastos do Governo. Essa capacidade de beneficiar-se, de forma indireta, do funcionamento de ati-

vidades situadas fora de seu território está implícita nas próprias funções desempenhadas pela economia de uma metrópole.

A inquietação das autoridades municipais com o desemprego, o subemprego e a marginalidade crescentes que se verificam em Porto Alegre, subjacente à preocupação com a “desindustrialização”, é justa e oportuna. Esses são, no entanto, problemas estruturais característicos de áreas urbanas que atingem um porte metropolitano em economias capitalistas do Terceiro Mundo, cuja solução não seria alcançada mesmo que fosse possível aumentar de forma significativa a oferta de empregos industriais na Capital.

A implantação de um número maior de indústrias em Porto Alegre certamente ocuparia parte dos desempregados e subempregados atualmente existentes. Por outro lado, contribuiria para elevar as expectativas das populações da área de influência da Capital no sentido de obterem aqui uma ocupação. As migrações decorrentes dessas expectativas provavelmente excederiam a oferta efetiva de oportunidades de trabalho, realimentando os problemas do desemprego e do subemprego no município, reduzindo-os, isto sim, apenas nas áreas de origem dos migrantes.

Também é compreensível, por mais de um motivo, o interesse das autoridades locais em elevar a receita do município através da implantação de um maior número de estabelecimentos industriais. Ninguém desconhece as dificuldades de caixa enfrentadas, atualmente, pela maioria das administrações dos municípios brasileiros. As novas indústrias, além de aumentarem de forma direta a arrecadação dos impostos da competência específica do município, contribuiriam para que se elevassem as quotas que correspondem a Porto Alegre no retorno de tributos. O aumento deste último tipo de receita apresenta grandes vantagens, quando encarado sob o ponto de vista das autoridades locais, na medida em que permite diminuir a carga daquelas fontes de arrecadação em que o município aparece, de forma direta, como tribuidor, situação que resulta, inevitavelmente, em expressivo desgaste político.

A argumentação exposta anteriormente parece deixar claro, no entanto, que é muito improvável que venha a ocorrer uma “reindustrialização” de Porto Alegre, capaz de contribuir de forma significativa para o aumento da parcela que lhe corresponde no retorno dessas rendas partilhadas. Isso não quer dizer, no entanto, que não se devam tomar medidas no sentido de atrair alguns tipos selecionados de indústrias para a Capital, com a finalidade de reduzir o ritmo com que se processa a queda da sua participação no valor da produção industrial do Estado. O que se deve ter presente, nesse sentido, é que essas medidas não podem ser caracterizadas pela emocionalidade e pela falta de reflexão, levando ao risco de uma eventual deterioração do ambiente urbano. A implantação de distritos industriais especializados, capazes de competir com aqueles situados na Região Metropolitana e no Interior, destinados exclusivamente a estabelecimentos de ramos cujas características não levem a dificuldades na convivência com as demais atividades de um grande centro urbano, parece ser uma das alternativas mais adequadas. Tais distritos podem, ainda, contribuir para uma melhor organização do espaço urbano, desde que, ao se decidir a sua localização, se tenha o cuidado de enquadrá-los em padrões de zoneamento que preservem a qualidade de vida dos habitantes da cidade.

Tabela 1

Participação relativa de Porto Alegre, por setores, no total da renda interna do Rio Grande do Sul – 1939-1980

DISCRIMINAÇÃO	1939	1949	1959	1970	1975	1980
Agricultura . . . . .	0,41	0,29	0,13	0,18	0,23	0,18
Indústria . . . . .	27,97	25,86	26,30	25,88	20,87	17,92
Serviços . . . . .	26,21	31,48	32,74	33,27	33,55	30,29
Comércio . . . . .	39,70	40,18	36,18	34,91	32,62	28,90
Demais serviços . .	21,07	28,22	30,98	32,47	33,95	30,73
Total da renda interna . . . . .	17,57	18,65	22,36	24,80	24,13	22,08

FONTE: FEE.

Tabela 2

Participação de Porto Alegre no retorno do ICM aos municípios – 1976-87

PERÍODOS	%
1976	21,4658
1977	20,6481
1978	19,8176
1979	19,7680
1980	19,5055
1981	19,1230
1982	14,8760
1983	
Jan.	14,3232
Fev.	14,3214
1984	14,2204
1985	13,6851
1986	12,3200
1987	11,7617

FONTE: Secretaria da Fazenda.



Tabela 3

Número de estabelecimentos industriais de Porto Alegre e do Estado e participação de Porto Alegre no total do VBP e do emprego industriais do Estado - 1907

DISCRIMINAÇÃO	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS		PARTICIPAÇÃO	
	Porto Alegre	Estado	No VBP	No Emprego
Artigos de folha de Flandres . . . . .	1,00	2,00	46,15	23,07
Artigos de mármore . . . . .	3,00	3,00	100,00	100,00
Banha . . . . .	8,00	18,00	37,00	50,00
Bebidas alcoólicas e gasosas . . . . .	4,00	11,00	29,53	48,40
Biscoitos . . . . .	2,00	3,00	55,55	47,82
Cal . . . . .	1,00	6,00	9,34	13,88
Calçados . . . . .	4,00	9,00	56,38	56,84
Cerveja . . . . .	4,00	19,00	60,46	46,12
Chapéus . . . . .	6,00	13,00	35,33	44,34
Chocolate . . . . .	1,00	1,00	100,00	100,00
Conservas de carne e peixe . . . . .	0,00	7,00	0,00	0,00
Construção naval . . . . .	0,00	1,00	0,00	0,00
Espartilhos . . . . .	1,00	1,00	100,00	100,00
Fiação e tecelagem . . . . .	3,00	9,00	21,55	26,79
Flores artificiais . . . . .	6,00	6,00	100,00	100,00
Fumos preparados . . . . .	4,00	14,00	30,61	35,14
Fundição e obras sobre metais . . . . .	10,00	19,00	68,96	71,37
Gelo . . . . .	0,00	1,00	0,00	0,00
Gravatas . . . . .	2,00	2,00	100,00	100,00
Erva-mate . . . . .	1,00	2,00	30,76	28,57
Jóias . . . . .	4,00	6,00	88,00	80,00
Luvas . . . . .	2,00	2,00	100,00	100,00
Malas, bolsas, etc. . . . .	3,00	3,00	100,00	100,00
Massas alimentares . . . . .	3,00	3,00	100,00	100,00
Massa de tomate . . . . .	0,00	1,00	0,00	0,00
Material de transportes . . . . .	2,00	4,00	64,97	60,93
Moagem de cereais . . . . .	1,00	7,00	5,00	4,69
Móveis e decorações . . . . .	4,00	6,00	67,81	86,56
Óleos, resinas, etc. . . . .	1,00	1,00	100,00	100,00
Papel e papelão . . . . .	1,00	2,00	47,16	52,63
Pentes de chifre . . . . .	1,00	1,00	100,00	100,00
Perfumarias . . . . .	3,00	4,00	67,53	82,60
Fósforos . . . . .	0,00	2,00	0,00	0,00
Pianos . . . . .	0,00	1,00	0,00	0,00
Preparos de couros . . . . .	7,00	22,00	40,27	49,16
Pregos . . . . .	1,00	1,00	100,00	100,00
Presuntos . . . . .	0,00	1,00	0,00	0,00
Produtos cerâmicos . . . . .	4,00	11,00	60,68	51,56
Produtos químicos . . . . .	3,00	6,00	40,41	24,21
Roupas brancas . . . . .	3,00	3,00	100,00	100,00
Sabão e velas . . . . .	1,00	10,00	13,53	14,52
Selins e arreios . . . . .	1,00	2,00	96,29	87,71
Serrarias e carpintarias . . . . .	4,00	7,00	89,09	85,78
Vassouras, brochas, etc. . . . .	1,00	2,00	58,62	63,63
Velas de cera . . . . .	3,00	3,00	100,00	100,00
Vidros e cristais . . . . .	2,00	3,00	77,50	82,41
Vinhos . . . . .	0,00	29,00	0,00	0,00
Charque . . . . .	0,00	24,00	0,00	0,00
TOTAL . . . . .	116,00	314,00	23,30	31,55

Tabela 4

Número de estabelecimentos industriais existentes em Porto Alegre e no Estado, por tipos de indústria, e participação dos estabelecimentos da Capital no total do Rio Grande do Sul - 1920

DISCRIMINAÇÃO	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS		PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL POA/RS
	Porto Alegre	Estado	
Indústrias têxteis . . . . .	3,0	9,0	33,3
Vassouras, escovas, etc. . . . .	3,0	9,0	33,3
Curtimes . . . . .	2,0	77,0	2,5
Malas e artefatos de couro . . . . .	6,0	9,0	66,6
Serrarias . . . . .	7,0	334,0	2,0
Artefatos de madeira . . . . .	9,0	28,0	32,1
Fundição e construção de máquinas . . . . .	6,0	21,0	28,5
Fogões . . . . .	2,0	3,0	66,6
Cofres . . . . .	1,0	1,0	100,0
Pregos . . . . .	1,0	1,0	100,0
Fechaduras, dobradiças, etc. . . . .	1,0	1,0	100,0
Enxadas, foices e outras ferramentas . . . . .	0,0	30,0	0,0
Artefatos de folha de Flandres . . . . .	13,0	25,0	52,0
Telas, fios e objetos de arame . . . . .	1,0	4,0	25,0
Balanças . . . . .	3,0	3,0	100,0
Facase outros utensílios de metal . . . . .	1,0	4,0	25,0
Vidros e cristais . . . . .	4,0	5,0	80,0
Louças . . . . .	4,0	14,0	28,5
Olarias . . . . .	26,0	152,0	17,1
Ladrilhos e mosaicos . . . . .	0,0	9,0	0,0
Produtos químicos e farmacêuticos . . . . .	10,0	34,0	29,4
Perfumaria, sabões e velas . . . . .	9,0	42,0	21,4
Papel e papelão . . . . .	2,0	3,0	66,6
Águas minerais . . . . .	3,0	41,0	7,3
Beneficiamento de arroz . . . . .	4,0	23,0	17,3
Erva-mate . . . . .	0,0	9,0	0,0
Moagem de cereais . . . . .	1,0	61,0	1,6
Massas alimentícias . . . . .	4,0	19,0	21,0
Biscoitos . . . . .	3,0	13,0	23,0
Torrefação e moagem de café . . . . .	8,0	63,0	12,6
Refinação de açúcar . . . . .	0,0	1,0	0,0
Batas, doces e conservas de frutas . . . . .	4,0	13,0	30,7
Conservas de carne . . . . .	2,0	41,0	4,8
Conservas de peixe . . . . .	0,0	1,0	0,0
Charque . . . . .	1,0	16,0	6,2
Produção e beneficiamento de banha . . . . .	5,0	35,0	14,2
Frigorificação da carne . . . . .	0,0	4,0	0,0
Leite, manteiga e queijos . . . . .	1,0	48,0	2,0
Vinagre . . . . .	0,0	6,0	0,0
Cerveja . . . . .	3,0	52,0	5,7
Bebidas com e sem álcool . . . . .	2,0	17,0	11,7
Vinhos e licores . . . . .	2,0	70,0	2,8
Alcool e aguardente . . . . .	0,0	7,0	0,0
Fumos, charutos e cigarros . . . . .	8,0	47,0	17,0
Chapéus . . . . .	11,0	22,0	50,0
Roupas . . . . .	7,0	13,0	53,8
Calçados . . . . .	7,0	96,0	7,2
Tamancos . . . . .	1,0	11,0	9,0
Móveis e acolchoados . . . . .	15,0	58,0	25,8
Cal . . . . .	0,0	15,0	0,0
Mármore e artefatos de cimento e gesso . . . . .	4,0	7,0	57,1
Esquadrias, escadas, etc. . . . .	1,0	14,0	7,1
Carros e carroças . . . . .	6,0	39,0	15,3
Arreios e artigos de selaria . . . . .	1,0	88,0	1,1
Gelo . . . . .	0,0	1,0	0,0
Instrumentos musicais . . . . .	1,0	1,0	100,0
Discos para gramofone . . . . .	1,0	1,0	100,0
Molduras . . . . .	1,0	2,0	50,0
TOTAL . . . . .	221,0	1 773,0	12,4

Tabela 5

Evolução da participação de Porto Alegre, do resto da Região Metropolitana e do Interior no valor adicionado do ICM da indústria do Rio Grande do Sul – 1972-1986

ANOS	PORTO ALEGRE	RESTO DA REGIÃO METROPOLITANA	INTERIOR	ESTADO
1972	25,28	26,65	48,05	100,00
1973	24,73	25,40	49,85	100,00
1974	23,92	26,84	49,23	100,00
1975	20,37	27,72	51,90	100,00
1976	21,58	28,23	50,18	100,00
1977	21,46	27,55	50,97	100,00
1978	20,03	29,95	50,00	100,00
1979	18,12	30,43	51,44	100,00
1980	16,12	31,08	52,79	100,00
1981	15,52	31,45	53,01	100,00
1982	14,52	32,39	53,07	100,00
1983	12,28	31,07	56,63	100,00
1984	11,02	32,72	56,25	100,00
1985	11,25	32,90	55,83	100,00
1986	11,76	33,06	55,16	100,00

FONTE: Secretaria da Fazenda

Tabela 6

Participação dos Municípios de São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba e Rio de Janeiro no total do valor da transformação industrial dos respectivos estados – 1970-1980

MUNICÍPIOS	1970	1975	1980
São Paulo . . . . .	47,99	43,85	34,75
Belo Horizonte . . . . .	12,29	12,41	8,97
Curitiba . . . . .	27,45	24,24	24,96
Rio de Janeiro . . . . .	61,54	61,89	59,78

FONTE: CENSO INDUSTRIAL 1970-75-80: Minas Gerais (1974-80-84). Rio de Janeiro, IBGE.  
 CENSO INDUSTRIAL 1970-75-80: Paraná (1974-80-84). Rio de Janeiro, IBGE.  
 CENSO INDUSTRIAL 1970-75-80: Rio de Janeiro (1974-80-84). Rio de Janeiro, IBGE.  
 CENSO INDUSTRIAL 1970-75-80: São Paulo (1974-80-84). Rio de Janeiro, IBGE.

Tabela 7

Participação de Porto Alegre, do resto da Região Metropolitana e do Interior no valor da produção da indústria do Rio Grande do Sul – 1970-1980

ANOS	PORTO ALEGRE	RESTO DA REGIÃO METROPOLITANA	INTERIOR
1970	21,45	27,38	51,17
1975	17,49	31,49	51,02
1980	14,72	31,25	54,03

FONTE: CENSO INDUSTRIAL 1970-75-80: Rio Grande do Sul (1974-80-84). Rio de Janeiro, IBGE.

Tabela 8

Participação de Porto Alegre, do resto da Região Metropolitana e do Interior,  
por setores, na renda interna do Estado - 1970

DISCRIMINAÇÃO	AGRICUL- TURA	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	DEMAIS SERVIÇOS	TOTAL DOS SERVIÇOS	RENDA INTERNA
Porto Alegre . . . . .	0,17	25,87	34,91	32,46	33,27	24,79
Resto da Região Metro- politana . . . . .	1,85	28,93	9,00	10,16	9,78	12,14
Sub-Região 1 . . . . .	1,08	1,44	1,28	1,98	1,75	1,54
Sub-Região 2 . . . . .	0,16	15,58	4,28	3,90	4,03	5,64
Sub-Região 3 . . . . .	0,20	10,62	3,08	3,84	3,59	4,35
Sub-Região 4 . . . . .	0,38	1,28	0,34	0,43	0,40	0,58
Total da Região Me- tropolitana . . . . .	2,02	54,81	43,91	42,63	43,05	36,93
Interior . . . . .	97,97	45,18	56,08	57,36	56,94	63,06
<b>TOTAL DO ESTADO</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

FONTE: FEE.

Tabela 9

Participação de Porto Alegre, do resto da Região Metropolitana e do Interior,  
por setores, na renda interna do Estado - 1980

DISCRIMINAÇÃO	AGRICUL- TURA	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	DEMAIS SERVIÇOS	TOTAL DOS SERVIÇOS	RENDA INTERNA
Porto Alegre . . . . .	0,17	17,91	28,90	30,72	30,28	22,07
Resto da Região Metro- politana . . . . .	1,62	29,88	12,84	14,17	13,85	16,13
Sub-Região 1 . . . . .	0,83	3,68	2,09	3,95	3,50	3,11
Sub-Região 2 . . . . .	0,12	10,66	6,35	4,89	5,25	5,85
Sub-Região 3 . . . . .	0,28	13,13	3,97	4,68	4,51	6,11
Sub-Região 4 . . . . .	0,37	2,40	0,42	0,64	0,58	1,03
Total da Região Me- tropolitana . . . . .	1,79	47,80	41,75	44,90	44,14	38,21
Interior . . . . .	98,20	52,19	58,24	55,09	55,85	61,78
<b>TOTAL DO ESTADO</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

FONTE: FEE.

Tabela 10

Distribuição geográfica, por gêneros e grupos de gêneros, do pessoal ocupado na indústria do Rio Grande do Sul - 1970-1980

GÊNEROS E GRUPOS	PORTO ALEGRE			RESTO DA REGIÃO METROPOLITANA			INTERIOR		
	1970	1975	1980	1970	1975	1980	1970	1975	1980
Extração de minerais . . . . .	0,8	1,4	1,3	1,8	1,8	1,2	97,3	96,7	97,3
Grupo I . . . . .	20,4	17,4	12,3	25,7	25,7	27,0	53,7	56,8	60,6
Mobiliário . . . . .	30,9	24,7	12,9	11,5	8,9	7,5	57,5	66,2	79,5
Produtos farmacêuticos . . . . .	54,5	61,0	52,9	1,7	0,0	0,0	43,6	38,9	47,0
Perfumaria . . . . .	45,5	56,9	51,9	4,8	6,1	11,2	49,5	36,8	36,8
Têxtil . . . . .	29,8	20,4	17,0	30,5	33,4	34,5	39,5	46,0	48,3
Vestuário . . . . .	14,0	11,6	7,9	61,3	56,8	51,1	24,6	31,4	40,8
Produtos alimentares . . . . .	11,8	11,1	9,8	7,5	6,3	7,4	80,5	82,4	82,6
Bebidas . . . . .	27,6	25,3	18,1	1,1	1,3	2,3	71,1	73,2	79,5
Fumo . . . . .	26,1	18,9	23,4	0,0	0,0	0,0	73,8	81,0	76,5
Editorial e gráfica . . . . .	60,5	58,5	44,8	7,1	8,6	12,0	32,2	32,8	43,1
Grupo II . . . . .	22,1	19,4	15,9	29,8	28,4	29,1	48,0	52,0	54,8
Metalúrgica . . . . .	45,0	37,0	29,8	35,5	29,3	30,9	19,4	33,5	39,1
Minerais não-metálicos . . . . .	14,9	15,6	13,9	20,1	18,3	22,4	64,9	66,0	63,6
Madeira . . . . .	5,6	4,6	3,7	10,3	12,3	11,8	84,0	82,9	84,4
Papel . . . . .	9,8	12,5	11,9	48,9	53,5	50,3	41,1	33,8	37,6
Borracha . . . . .	16,6	9,5	4,5	65,2	65,9	62,0	18,1	24,5	33,4
Couros . . . . .	1,7	0,7	0,4	46,2	41,9	35,7	52,0	57,3	63,8
Química . . . . .	21,3	18,4	16,2	26,6	31,9	24,4	51,9	49,6	59,2
Matérias plásticas . . . . .	49,2	35,6	23,8	42,2	37,7	50,4	8,5	26,6	25,6
Grupo III . . . . .	36,1	27,1	23,2	21,1	23,1	37,6	42,6	49,6	39,1
Mecânica . . . . .	38,9	24,4	21,1	19,0	26,8	50,7	41,9	48,6	28,1
Material elétrico . . . . .	24,4	23,6	22,5	47,2	38,6	46,2	28,2	37,7	31,1
Material de transportes . . . . .	38,2	32,3	26,7	9,1	8,4	8,4	52,6	59,1	64,8
Diversas . . . . .	36,3	30,9	26,1	19,8	26,6	30,0	43,8	42,4	43,8
Total da indústria . . . . .	23,3	19,9	15,5	26,5	26,1	29,7	50,1	53,8	54,7

FONTE: Estimativas a partir de CENSO INDUSTRIAL 1970-75-80: Rio Grande do Sul (1974-80-84). Rio de Janeiro, IBGE.

Tabela 11

Estrutura da renda interna do Município de Porto Alegre - 1939-1980

DISCRIMINAÇÃO	1939	1949	1959	1970	1975	1980
Agricultura . . . . .	0,80	0,59	0,17	0,15	0,18	0,13
Indústria . . . . .	23,51	25,53	0,23	21,89	22,08	21,62
Serviços . . . . .	75,69	73,89	76,83	77,97	77,74	78,25
Comércio . . . . .	31,63	25,76	28,71	0,27	23,14	18,02
Demais serviços . . . . .	44,06	48,13	48,12	50,96	54,60	60,23
TOTAL DA RENDA INTERNA	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: FEE.

Tabela 12

Participação dos setores na renda interna de Porto Alegre, do resto  
da Região Metropolitana, do Interior e do Estado – 1970

DISCRIMINAÇÃO	AGRICUL- TURA	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	DEMAIS SERVIÇOS	TOTAL DOS SERVIÇOS	RENDA INTERNA
Porto Alegre . . . . .	0,14	21,88	27,00	50,96	77,96	100,00
Resto da Região Metro- politana . . . . .	3,19	49,98	14,22	32,59	46,82	100,00
Sub-Região 1 . . . . .	14,69	19,56	15,93	49,80	65,73	100,00
Sub-Região 2 . . . . .	0,62	57,88	14,56	26,92	41,48	100,00
Sub-Região 3 . . . . .	0,99	51,12	13,59	34,28	47,87	100,00
Sub-Região 4 . . . . .	13,78	45,87	11,22	29,10	40,33	100,00
Total da Região Metro- politana . . . . .	1,14	31,12	22,80	44,92	67,72	100,00
Interior . . . . .	32,50	15,02	17,05	35,40	52,46	100,00
Total do Estado . . . . .	20,92	20,97	19,18	38,92	58,10	100,00

FONTE: FEE.

Tabela 13

Participação dos setores na renda interna de Porto Alegre, do resto  
da Região Metropolitana, do Interior e do Estado – 1980

DISCRIMINAÇÃO	AGRICUL- TURA	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	DEMAIS SERVIÇOS	TOTAL DOS SERVIÇOS	RENDA INTERNA
Porto Alegre . . . . .	0,13	21,62	18,01	60,23	78,24	100,00
Resto da Região Metro- politana . . . . .	1,63	49,36	10,96	38,03	48,99	100,00
Sub-Região 1 . . . . .	4,38	31,51	9,23	54,86	64,10	100,00
Sub-Região 2 . . . . .	0,35	48,50	14,93	36,20	51,14	100,00
Sub-Região 3 . . . . .	0,75	57,19	3,95	33,09	42,05	100,00
Sub-Região 4 . . . . .	5,85	61,74	5,58	26,82	32,40	100,00
Total da Região Metro- politana . . . . .	0,76	33,33	15,03	50,85	65,89	100,00
Interior . . . . .	25,93	22,50	12,97	38,58	51,56	100,00
Total do Estado . . . . .	16,31	26,64	13,76	43,27	57,04	100,00

FONTE: FEE.

Tabela 14

Comparação da renda "per capita" do comércio e dos demais serviços em Porto Alegre, na Região Metropolitana e no Interior com a média do Estado - 1970

DISCRIMINAÇÃO	COMÉRCIO	DEMAIS SERVIÇOS
Porto Alegre . . . . .	2,627	2,443
Resto da Região Metropolitana . .	0,929	1,049
Sub-Região 1 . . . . .	0,451	0,694
Sub-Região 2 . . . . .	1,241	1,131
Sub-Região 3 . . . . .	1,073	1,334
Sub-Região 4 . . . . .	0,678	0,867
Total da Região Metropolitana . .	1,911	1,855
Interior . . . . .	0,728	0,744
Total do Estado . . . . .	1,000	1,000

FONTE: FEE.

Tabela 15

Comparação da renda "per capita" do comércio e dos demais serviços em Porto Alegre, na Região Metropolitana e no Interior com a média do Estado - 1980

DISCRIMINAÇÃO	COMÉRCIO	DEMAIS SERVIÇOS
Porto Alegre . . . . .	1,996	2,122
Resto da Região Metropolitana . .	0,903	0,996
Sub-Região 1 . . . . .	0,428	0,809
Sub-Região 2 . . . . .	1,408	1,085
Sub-Região 3 . . . . .	0,965	1,135
Sub-Região 4 . . . . .	0,593	0,907
Total da Região Metropolitana . .	1,454	1,564
Interior . . . . .	0,817	0,772
Total do Estado . . . . .	1,000	1,000

FONTE: FEE.

## Bibliografia

- AZZONI, Carlos Roberto (1985). Aspectos da evolução industrial de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, com o destaque para o caso paulista. In: —, org. **Onde produzir?** Aplicações da teoria da localização no Brasil. São Paulo, USP/IPE. p. 230-62.
- (1986). **Indústria e reversão de polarização no Brasil**. São Paulo, USP/IPE.
- AZZONI, Carlos Roberto & VIEIRA, Claudio Afonso (1985). Fatores determinantes das escolhas locacionais em São Paulo. In: AZZONI, Carlos Roberto, org. **Onde produzir?** Aplicações da teoria da localização no Brasil. São Paulo, USP/IPE. p. 203-29.
- BANDEIRA, Pedro & GRUNDLING, Nilton A. (1988). **Distribuição geográfica de crescimento industrial no Rio Grande do Sul: década de 70**. Porto Alegre, FEE.
- BRAGA, Políbio (1988). A desgauchização e a desindustrialização da Capital. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 12 jun.
- (1988a). A vocação industrial de Porto Alegre. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 26 jun.
- CANO, W. & NEGRI, B. (1987). A interiorização da indústria paulista nos anos 70. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 15, Salvador, 1-4 dez. **Anais**. Salvador. v. 2, p. 315-39.
- CANO, Wilson (1985). **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970**. São Paulo, Global.
- (1981). **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo, Queiróz.
- CENSO INDUSTRIAL 1970: Minas Gerais (1974). Rio de Janeiro, IBGE.
- CENSO INDUSTRIAL 1970: Paraná (1974). Rio de Janeiro, IBGE.
- CENSO INDUSTRIAL 1970: Rio Grande do Sul (1974). Rio de Janeiro, IBGE.
- CENSO INDUSTRIAL 1970: Rio de Janeiro (1974). Rio de Janeiro, IBGE.
- CENSO INDUSTRIAL 1970: São Paulo (1974). Rio de Janeiro, IBGE.
- CENSO INDUSTRIAL 1975: Minas Gerais (1980). Rio de Janeiro, IBGE.
- CENSO INDUSTRIAL 1975: Paraná (1980). Rio de Janeiro, IBGE.
- CENSO INDUSTRIAL 1975: Rio Grande do Sul (1980). Rio de Janeiro, IBGE.
- CENSO INDUSTRIAL 1975: Rio de Janeiro (1980). Rio de Janeiro, IBGE.
- CENSO INDUSTRIAL 1975: São Paulo (1980). Rio de Janeiro, IBGE.
- CENSO INDUSTRIAL 1980: Minas Gerais (1984). Rio de Janeiro, IBGE.
- CENSO INDUSTRIAL 1980: Paraná (1984). Rio de Janeiro, IBGE.
- CENSO INDUSTRIAL 1980: Rio Grande do Sul (1984). Rio de Janeiro, IBGE.
- CENSO INDUSTRIAL 1980: Rio de Janeiro (1984). Rio de Janeiro, IBGE.



- CENSO INDUSTRIAL 1980: São Paulo (1984). Rio de Janeiro, IBGE.
- CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL (1909). **O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias**. Rio de Janeiro, Orosco. v. 3.
- D'ÁVILA, Nereu (1988). Porto Alegre, uma cidade de serviços? **Zero Hora**, Porto Alegre, 14 abr.
- DINIZ, Clélio C. & LEMOS, Mauricio B. (1986). Mudança no padrão regional brasileiro: determinantes e implicações. **Análise Conjuntural**, Curitiba, IPARDES, 8 (2): 32-42, fev.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (1979). **Análise do setor terciário do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. (25 Anos de Economia Gaúcha, 5, t. 1).
- (1980). **Comércio de mercadorias no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. (25 Anos de Economia Gaúcha, 5, t. 3).
- (1986). **Renda interna municipal RS: 1939-1980**. Porto Alegre. (Agregados Econômicos RS: série Valor Agregado, 1).
- HAMESTER, Paulo R., coord. (1986). **Relações internas e externas da economia metropolitana: relatório preliminar**. Porto Alegre, METROPLAN. (mimeo).
- HOOVER, Edgar M. & VERNON, Raymond (1962). **Anatomy of a metropolis**. New York, Anchor Books.
- LAGEMANN, Eugênio (1978). **A industrialização do Rio Grande do Sul** (um estudo histórico). Porto Alegre, UFRGS/IEPE.
- MANZAGOL, Claude (1985). **Lógica do espaço industrial**. São Paulo, Difel.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy (1985). **História da indústria sul-rio-grandense**. Guaíba, Riocell.
- (1983). **RS: agropecuária colonial e industrialização**. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- RECENSEAMENTO INDUSTRIAL DO BRASIL 1920 (1925). Rio de Janeiro, Tipografia de Estatística.
- REIS, Adelaide (1988). A segunda maior concentração industrial do país: o interior só perde para a capital em termos de industrialização. **Diário do Comércio e Indústria**, São Paulo, 6 jul. p. 10.
- RICHARDSON, Harry W. (1973). **The economics of urban size**. Lexington, Lexington Books.
- RIGHI, Roberto (1983). O processo de urbanização e o desenvolvimento industrial no estado de São Paulo. In: BRUNA, Gilda Collet, org. **Questões de organização do espaço regional**. São Paulo, Nobel. p. 43-92.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Desenvolvimento Regional e Obras Públicas (1974). **Proposição de organização territorial do estado para fins de programação regional e urbana**. Porto Alegre.

- ROCHE, Jean (1969). **A colonização alemã do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Globo.
- SANTOS, Milton (1988). Crescendo menos, metrópoles ficam mais fortes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 abr.
- SINGER, Paulo (1977). **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo, Nacional.
- SOUZA, Paulo Renato C. (1973). **Un modelo primário exportador: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil**. Santiago de Chile, Universidad de Chile.